

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Agostinho Célio Andrade Patrus (PV)

* Agostinho Patrus Filho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Anselmo José Gomes Domingos (PTC)

* Anselmo José Domingos

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

* Antonio Carlos Arantes

Antônio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)

* Antonio Lerin

Antonio Jorge de Souza Marques (PPS)

* Antonio Jorge

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Arlete Gonçalves Santos Magalhães (PSDC)

* Arlete Magalhães

Arnaldo Silva Júnior (DEM)

* Arnaldo Silva

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Henrique Alves da Silva (PRB)

* Carlos Henrique

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Cassio Antonio Ferreira Soares (PSD)

* Cássio Soares

Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira (PMDB)

* Celise Laviola

Cristiano Tadeu da Silveira (PT)

* Cristiano Silveira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dirceu dos Santos Ribeiro (Pode)

* Dirceu Ribeiro

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edvaldo Piccinini Teixeira (PSB)

* Coronel Piccinini

Elismar Fernandes Prado (Pros)

* Elismar Prado

Emídio Alves Madeira Junior (PSB)

* Emidinho Madeira

Fabiano Galletti Tolentino (PPS)

* Fabiano Tolentino

Fábio José de Oliveira (Avante)

* Fábio Avelar Oliveira

Felipe José Fonseca Attiê (PTB)

* Felipe Attiê

Frederico Borges da Costa (PEN)

* Fred Costa

Geisa Gomes Pereira Teixeira (PT)

*Geisa Teixeira

Gilberto Aparecido Abramo (PRB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gláycion Moreira Franco (PV)

* Gláycion Franco

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSDB)

* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)

* Gustavo Corrêa

Gustavo de Vasconcellos Moreira (PR)

* Gustavo Santana

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Ione Maria Pinheiro (DEM)

* Ione Pinheiro

Iran Almeida Barbosa (PMDB)

* Iran Barbosa

Isauro José de Calais Filho (PMDB)

* Isauro Calais

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jean Mark Freire Silva (PT)

* Doutor Jean Freire

Jeferson Douglas Soares Estanislau (PMDB)

* Douglas Melo

João Bosco (Avante)

* Bosco

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Lúcio Magalhães Bifano (PMDB)

* João Magalhães

João Vítor Xavier Faustino (PSDB)

* João Vítor Xavier

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José Célio de Alvarenga (PCdoB)

* Celinho do Sinttrocel

Júlio César Gomes dos Santos (PMDB)

* Cabo Júlio

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PRB)

* Lafayette de Andrada

Leandro Andrade Genaro Oliveira (PSD)

* Leandro Genaro

Leonardo Morreale Diniz Portela (PR)

* Léo Portela

Leonídio Henrique Correa Bouças (PMDB)

* Leonídio Bouças

Luiz Fábio Cherem (PDT)

* Fábio Cherem

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Sávio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Martins Leite (PMDB)

* Tadeu Martins Leite

Márcio José Machado Oliveira (PR)

* Missionário Marcio Santiago

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mário Henrique da Silva (PV)

* Mário Henrique Caixa

Nacib Duarte Bechir (PSD)

* Duarte Bechir

Neilando Alves Pimenta (Pode)

* Neilando Pimenta

Noraldino Lucio Dias Júnior (PSC)

* Noraldino Júnior

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Raimundo Nonato de Barcelos (PDT)

* Nozinho

Ricardo Rocha de Faria (PCdoB)

* Ricardo Faria

Roberto Dias de Andrade (PSB)

* Roberto Andrade

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Rosângela de Oliveira Campos Reis (Pode)

* Rosângela Reis

Thiago Fellipe Motta Cota (PMDB)

* Thiago Cota

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Tito Bruno Miranda Torres Duarte (PSDB)

* Tito Torres

Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)

* Ulysses Gomes

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Washington Fernando Rodrigues (PTB)

* Sargento Rodrigues

Wilson Roberto Batista (PSD)

* Doutor Wilson Batista

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

– Publicada em atendimento ao disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2018**Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 5.090 a 5.093 e 5.095/2018; Requerimentos n°s 10.644 a 10.648/2018; Requerimentos Ordinários n°s 3.198 e 3.219/2018 – Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Agostinho Patrus Filho – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Cristiano Silveira – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Rogério Correia, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei n° 4.832/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Frederico Delfino, diretor de Operação Sul da Copasa-MG, em resposta ao Ofício n° 262/2018/SGM, informando a presença em audiência pública nesta Casa, em 27/3/2018, fazendo-se representar pelos funcionários Ricardo Orsini Nunes de Lima e Albino Júnior Batista Campos. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, notificando crédito de recursos financeiros, em 14/4/2016, para a operação 0394926-04, firmada em 19/10/2012, no âmbito do Programa Saneamento Básico. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de Filial da Caixa Econômica Federal, notificando crédito de recursos financeiros, em 16/3/2018, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0402092-15/2013, firmado com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de Filial da Caixa Econômica Federal, notificando crédito de recursos financeiros, em 30/3/2017, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0394926-04/2012, firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do deputado João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública, solicitando a anexação ao Projeto de Lei nº 4.996/2018 do inteiro teor da ata da assembleia geral extraordinária realizada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais em 31/1/2018. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. José Roberto de Oliveira, prefeito de Leopoldina, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.441/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Luciano Nunes, presidente da Unale, enfatizando o papel dos Legislativos Estaduais no que concerne à regulamentação das leis estaduais que concedem isenção de ICMS para a compra de armas, munições e equipamentos de proteção por operadores da segurança. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Paulo Lamac, secretário de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.547/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Roberto Simões, presidente da Faemg, solicitando à Casa a rejeição do Projeto de Lei nº 3.562/2016. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Wander Lúcio Albuquerque, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, encaminhando cópia da Representação nº 22/2018, aprovada em reunião ordinária da citada câmara, pela qual solicitam a esta Casa a realização de audiência pública em Ouro Preto, com vistas a debater a situação prisional. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Flávia Roberti Ferreira, promotora de justiça da Comarca de Vespasiano, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.992/2017, da Comissão Extraordinária das Mulheres.

Do Sr. Jovane Ernesto Constantini, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.205/2018, do deputado Fábio Cherem.

Do Sr. Luís Álvaro Abrantes Campos, prefeito de Barbacena, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.091/2018, da Comissão de Segurança Pública.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.090/2018

Dispõe sobre a limitação dos encargos e das taxas cartoriais no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam limitados os encargos e as taxas cartoriais referentes a baixa de protestos oriundos de débitos com entes públicos a 5% (cinco) do valor total do débito em todo o Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de abril de 2018.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: Além dos juros e das multas previstos no atraso de pagamento de débitos com municípios, estados e a União, os contribuintes ainda ficam obrigados a pagar valores exorbitantes para baixa de protestos referentes a esses débitos.

Dessa forma, com o objetivo de limitar a penalidade sobre o atraso no pagamento, sugerimos o limite de 1,5%, de forma que não fique oneroso ao devedor, bem como atenda aos interesses dos entes públicos e dos cartórios.

Peço aos caros colegas que apoiem este projeto de lei, em virtude de sua importância para a população mineira.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.091/2018

Declara de utilidade pública a Associação Restaurando Vidas com sede no Município de São Joaquim de Bicas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Restaurando Vidas com sede no Município de São Joaquim de Bicas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2018.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: A comunidade Terapêutica restaurando vidas é um lugar simples mas construído com amor e muita união e tem por finalidade a promoção da pessoa humana, através da prestação de serviços gratuito, permanente, em projetos, programas, benefícios e serviços nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, recreação, e preservação do meio ambiente.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.092/2018

Altera a Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, e dá outra providência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38 – (...)”

Parágrafo único – Os ocupantes dos órgãos previstos no *caput* serão designados pelo Governador do Estado, incluindo, pelo menos, um representante das praças, vinculado a órgão representativo da classe com, no mínimo, três mil afiliados.

Art. 2º – Fica acrescentado à Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, o seguinte art. 42-A:

“Art. 42-A – O IPSM deverá:

I – enviar, trimestralmente, a Assembleia Legislativa do Estado o valor atualizado das contribuições previdenciárias a que se refere o art. 4º que deixaram de lhe ser repassadas, na forma do disposto no art. 4º da Lei nº 13.404, de 15 de dezembro de 1999;

II – publicar, em seu site na internet, as informações a que se refere o inciso I;

III – publicar, mensalmente, em seu site na internet, lista dos prestadores de serviços de saúde que deixaram de integrar os convênios firmados com a autarquia.

Art. 3º – Para efeito de interpretação do *caput* do art. 5º da Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – são os órgãos encarregados de processar o pagamento de vencimentos do segurado compulsório do IPSM.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2018.

Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PDT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.093/2018

Declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Divinópolis
– AOD –, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Orquidófila de Divinópolis – AOD –, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2018.

Deputado Fabiano Tolentino (PPS)

Justificação: A Associação Orquidófila de Divinópolis – AOD –, com sede no Município de Divinópolis, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades precípua, congregar os amadores, cultivadores, estudiosos e preservadores das orquídeas; promover estudos sobre ambiente natural, cultivo, reprodução, pragas e doenças das orquídeas; organizar e manter biblioteca, pinacoteca, filmacoteca, discoteca e arquivos de revistas, boletins ou outros materiais especializados, etc.,

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação dessa proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.095/2018

Declara de Utilidade Pública a Instituição Terno de Congada Guarda de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Declara de Utilidade Pública a Instituição Terno de Congada Guarda de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Sacramento-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.306/0001-10.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2018.

Deputado Bosco, Vice-Líder do Governo, Presidente da Comissão de Cultura e Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia (Avante).

Justificação: O Terno de Congada Guarda de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário é uma entidade civil cultural sem fins lucrativos, fundamentada nos princípios da lei, sem tempo determinado de duração. Tem por finalidade congregar os congadeiros e seus familiares, bem como lutar pelo interesses da categoria. Divulgar, defender, promover a cultura popular brasileira, principalmente a cultura afro-brasileira.

Além disso, ainda tem como finalidade, resgatar a cultura afro-brasileira nos seus aspectos materiais e imateriais. Bem como desenvolver sócio-educativos e culturais com a comunidade em geral, visando inclusive à geração de renda e inclusão social. Importante, ainda, destacar, que visa a desenvolver projetos e ações para o atendimento às crianças e aos adolescentes, visando à divulgação dos princípios e tradições do Congadão a inclusão sócio-cultural, segundo os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ademais, insta salientar, que no estatuto da entidade consta que as atividades dos diretores e conselheiros, bem como dos filiados, serão inteiramente gratuitas, sendo vedado qualquer recebimento de lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Por esses e outros motivos, a Instituição Terno de Congada Guarda de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, apresenta-se como importante e benéfico ícone em sua região de atuação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.644/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Gonçalves Nogueira. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 10.645/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Fávio Reis Fernandes por ter sido eleito diretor-geral do Instituto Federal de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes em 28/3/2018. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.646/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para renovar a frota do Sistema Estadual de Transporte em Saúde – Sets – do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS – do Município de Grão-Mogol.

Nº 10.647/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, com resposta às seguintes questões: I – Os valores pagos até hoje às empresas executoras das obras do referido hospital correspondem realmente ao serviço prestado? As medidas, os materiais e a qualidade correspondem ao contratado? Existiu ou existe controle interno do governo do Estado para fiscalizar a correta aplicação dos recursos

empenhados? Há cópias das avaliações realizadas para execução do projeto? II – Qual o motivo do excesso de recursos empenhado e de outros tantos previstos em relação ao projeto inicial? III – O convênio teve um termo aditivo? Em caso afirmativo, qual o valor desse termo? IV – Os pagamentos efetuados foram feitos de acordo com as medições de prestação de contas? (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.648/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, com resposta às seguintes questões: I – Qual a situação das obras do referido hospital, qual a previsão de sua finalização, qual o valor já aportado nessas obras e qual o valor necessário para sua conclusão? II – Após a conclusão das obras, quais são os valores previstos para equipar e instrumentalizar o referido hospital para funcionamento em plena operação? III – Qual a previsão de recursos necessários para o custeio da operação do referido hospital e qual será a fonte de recursos para a operação? (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.198/2018

Do deputado Agostinho Patrus Filho e outros em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o concurso Comida di Buteco pelos 19 anos de sua criação.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.219/2018

– O Requerimento Ordinário nº 3.219/2018 foi publicado na edição anterior.

Questões de Ordem

O deputado Arlen Santiago – Deputado Dalmo, que preside tão bem esta Casa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores e senhoras, vimos aqui, neste momento, para lembrar um tema que é redundante e extremamente importante para Minas Gerais: a Unimontes, que, de 15 mil alunos, passou para 7 mil. Infelizmente os professores da Unimontes estão sem o cumprimento do acordo que o governador Pimentel fez com eles, praticamente sem serem recebidos por ninguém, documentos assinados e nada acontecendo.

Queremos reiterar que, em nome do Norte de Minas, dos alunos e dos professores da Unimontes, precisamos realmente... A oposição, nesta Casa, manterá a obstrução dos trabalhos até que o governador o cumpra efetivamente, e não apenas diga assim: “Não. Quando chegar em setembro, outubro e no ano que vem, aí cumprimos”. Já sabemos como funciona o governo estadual aqui hoje. É o governo que não cumpre nada com Minas Gerais. Agora mesmo estamos recebendo queixas de companheiros do hospital universitário da Unimontes, porque, infelizmente, pela falta de pagamento desse governo Pimentel aos hospitais públicos e filantrópicos e às prefeituras, praticamente todos estão desabastecidos e sem poder atender à população.

Recebi uma correspondência hoje do Cosems, que mostra a quantidade de restos a pagar na área da saúde, quase R\$5.000.000.000,00, o que está levando pessoas à morte e deixando-as sem o direito a exames, em Minas Gerais.

Então, vamos manter a obstrução, a oposição, em solidariedade, para que ela seja efetiva, eficaz, a fim de que o governador realmente cumpra com o que ele se comprometeu.

Essa obstrução vai ter de continuar também, principalmente porque estamos vendo que nada está sendo cumprido com relação aos professores da rede estadual. É uma situação dramática. Não se paga mais a parte estadual da merenda nas escolas, não há uma reforma, não há uma quadra, praticamente nada. Sr. Presidente, era esse o assunto que queríamos colocar para V. Exa.

Gostaria de pedir o encerramento, de plano, da reunião, visto que não há quórum para a continuação dos trabalhos. Parece que, realmente, a base do governo não está querendo dar quórum para a continuação dos trabalhos. Dessa forma, peço o encerramento, de plano, da reunião.

O deputado André Quintão – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 12 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 17/4/2018.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/3/2018

Às 13h54min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Ivair Nogueira e Doutor Jean Freire (substituindo os deputados Thiago Cota e Sávio Souza Cruz, respectivamente, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.570/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Município de Brumadinho, para debater o abastecimento de água e o saneamento básico na região de Casa Branca. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 11.552/2018, do deputado Antonio Lerin, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências com vistas a que essa secretaria se posicione quanto às questões ambientais apresentadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Frutal; e seja encaminhado à secretaria o Ofício 003/2017, do referido conselho. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2018.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2018

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Antonio Carlos Arantes e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Militares em face do desfalque de, aproximadamente, 3 bilhões de reais decorrente da falta de repasse da contribuição patronal pelo Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Subten. PM Heder Martins de Oliveira, vice-presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças – Anaspra; também representando o Subtenente Gonzaga, deputado federal; o Ten.-Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros – Amem; o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar

do Estado de Minas Gerais – Ascobom-Contagem; o Sgt. PM Robledo Manoel dos Santos, presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PMBM; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; o Cb. PM Alberto Dias Valério, presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Sul de Minas – Aprosep Varginha; os Srs. Djalma Geraldo, presidente da Associação dos Militares Inativos da Mantiqueira; Marcos Pereira de Paula, secretário municipal de Defesa Social de Itajubá; Carlos Alberto de Melo, vereador de Juiz de Fora; Cabo Ferreira; vereador de Manhuaçu; e Domingos Sávio de Mendonça, vice-presidente da comissão de Segurança Pública da OAB-MG. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – João Magalhães.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as circunstâncias da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que colocam em risco direitos e garantias individuais e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 16/4/2018, Christiano de Oliveira Lorenzato, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Valtamiro Martins, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Aquiles Ribeiro Franca, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

nomeando Carla Elvira Gaspar Janones Soares, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

nomeando Eduardo de Oliveira Vieira, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando Maria Aparecida Soares Dias, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando Renan Afonso Guimaraes Martins, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Soraia Gondim Maia Reis, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 16/4/2018, Angélica Rodrigues de Paiva da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais - Gerência de Operacionalização de Eventos Institucionais;

designando Marcelo Zuppo Alves Moreira para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais - Gerência de Operacionalização de Eventos Institucionais.

TERMO DE CONTRATO Nº 159/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação da Comunidade Paraguai Remanescente Quilombola –ACPQR. Objeto: doação de bens móveis classificados como antieconômicos. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 8/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratados: Aline Marcelle da Silva Souza, Amanda Dias da Silva, Ana Ester Della Croce, Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, Bruna de Castro Salviano Nicolato, Carla Luiza Lopes Seixas, Daniel Galo Carli Mariano da Cunha, Déborah Chamon, Deborah Maria Moreira, Denize Silva Gomes Vieira, Eduardo Rezende de Moura, Eugênio José Faria da Fonseca, Fernanda de Paula da Silva, Gisele Cristina Araújo Gonçalves, Lídia Maria de Carvalho Otoni Vasconcellos, Lina Patrícia Rocha Laredo, Lorenzo Marcus Silva Campos, Lydia Aninger de Barros Rocha, Marcone Costa Souza, Marianna Reis Victória, Marília Junqueira Lemes, Marina Silveira Marques, Mário José de Carvalho Leite, Mário Justino da Silva, Meridien Rodrigues Alves de Souza, Miguel Arcanjo da Silva, Patrícia Braga Soares Silva, Poliana de Carvalho Gomes Vasconcelos, Poliane Araújo Gonçalves, Roberta Barbosa Ferreira, Rodrigo Dias Ferreira, Silvânio Aguiar Silva e Wenceslau Teixeira Objeto: prestação de serviços educacionais de Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Vigência: A partir da data da assinatura até dezembro de 2019.

TERMO DE CONTRATO Nº 10/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eaton Power Solution Ltda. Objeto: serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes defeituosos, em 10 nobreaks. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2018, na pág. 14, onde se lê:

“exonerando Gisele Maria Bicalho Resende”, leia-se:

“exonerando, a partir de 22/3/2018, Gisele Maria Bicalho Resende”.